



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ORÇAMENTO

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

2013



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Defesa dos Cidadãos

Estabilidade Social



ÍNDICE

	Página
1. Políticas Orçamentais da Administração Interna	2
2. Análise da Proposta de Orçamento	7
3. Medidas Operacionais para 2013	9
<i>a) Gabinetes Governamentais e Serviços Centrais</i>	9
<i>b) Serviços de Investigação e Forças de Segurança</i>	9
<i>c) Serviços de Proteção Civil e Segurança Rodoviária</i>	11
ANEXOS – MAPAS ORÇAMENTAIS	12



1. POLÍTICAS ORÇAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Constituindo a segurança interna um dos pilares essenciais do desenvolvimento das atividades económicas e sociais em democracia, o Governo continua a apostar no seu reforço, através da promoção da defesa dos cidadãos e da estabilidade e paz sociais.

Esta linha orientadora de política da Administração Interna para o ano de 2013 assenta, na adoção de um exigente conjunto de medidas estratégicas e estruturais de médio e longo prazo que permitam enquadrar o processo de consolidação orçamental e assegurar, dessa forma, o cumprimento dos objetivos do Governo.

A implementação sustentável desta estratégia implica a concretização de uma transformação estrutural, em que a definição clara das linhas de atuação sectoriais e a partilha de informação e de conhecimento potenciem a criação de economias de escala e garantam ganhos de eficiência, pelo que foram definidas um conjunto de medidas a aplicar ou a iniciar já em 2013:





MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **APLICAÇÃO INTEGRAL DOS ESTATUTOS DO PESSOAL DAS FORÇAS DE SEGURANÇA** – Embora aprovados em outubro de 2009, só no ano de 2013 o orçamento do Ministério da Administração Interna vem garantir a normalidade na aplicação dos estatutos do pessoal das forças de segurança, para o que as dotações do MAI, em despesas com o pessoal, foram reforçadas em 57 milhões de euros. Este reforço foi conseguido graças ao cumprimento das metas de execução orçamental fixadas para 2012 e finalizar o processo de reposicionamento nas novas tabelas remuneratórias, iniciado a 1 de janeiro de 2010;
- **VIABILIZAÇÃO DAS PROMOÇÕES FUNCIONAIS** necessárias à manutenção da hierarquia e funções próprias a cada posto ou categoria, de acordo com as qualificações técnicas e capacidades pessoais do pessoal das Forças de Segurança;
- **INVESTIMENTO NA MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS E REFORÇO DOS EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA** – A concretizar através de um maior empenhamento dos organismos da Administração Interna, em parceria com a Administração Local, com recurso, sempre que viável, aos instrumentos financeiros comunitários, procurando-se alavancar neste esforço, os escassos recursos nacionais;





- **PARTILHA NA UTILIZAÇÃO DE MEIOS AÉREOS DO MAI** - com vista à obtenção de economias de escala, partilhando esses meios com a emergência médica e, conseguindo-se, assim, poupanças com a oferta dos serviços de proteção civil e de emergência médica aos cidadãos;



- **DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CIVIL** – Através da elaboração de cartas de risco intermunicipais permitindo uma evolução do dispositivo em função da prevenção de riscos. Será ainda revisto o modelo de financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários através do Programa Permanente de Cooperação (PPC);
- **CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS DE *BACK OFFICE* DO MAI** – Através da transferência e concentração em organismos do MAI especializados, de um conjunto de atividades transversais libertando os demais organismos, nomeadamente as forças de segurança, para se focarem nas suas funções primordiais. Enquadram-se nesta orientação estratégica um conjunto de



serviços de *back office* nas áreas da informática, das telecomunicações e das infraestruturas;



- **CONCRETIZAÇÃO DA REFORMA DOS SISTEMAS DE SAÚDE DAS FORÇAS DE SEGURANÇA** – Continuar a garantir um apoio de qualidade aos seus utentes, assegurando ganhos de eficiência pela redução de custos resultante de processos de partilha e convergência de procedimentos e recursos dos subsistemas de saúde das Forças de Segurança com o regime convencionado da ADSE e com o Sistema Nacional de Saúde.

Para além destas medidas de curto ou médio prazo, o MAI irá por em marcha, no ano de 2013, as seguintes medidas operacionais:

- **REORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA** - garantindo a médio prazo a simplificação e racionalização de processos, a contenção da despesa e a maximização dos recursos disponíveis com vista ao aumento da sua capacidade operativa; Neste contexto serão revistos os diplomas orgânicos e estatutários da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, por forma a introduzir mecanismos mais flexíveis e que





incrementem a eficiência e a eficácia dos recursos disponíveis;

- MELHORIA DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA – Através da prevenção e fiscalização seletiva dos comportamentos de risco e a melhoria contínua dos indicadores de sinistralidade rodoviária, quer pela avaliação dos sistemas existentes, quer pela dinamização da cooperação com instituições da sociedade civil;



2. ANÁLISE DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO

O orçamento do Ministério da Administração Interna (MAI) para 2013, num total de cerca de 2.187 M€ (englobando todas as Fontes de Financiamento), ajusta-se ao modelo estrutural decorrente da nova orgânica do MAI, dotando as Forças e Serviços de Segurança, de Proteção Civil e Segurança Rodoviária, dos recursos financeiros necessários à prossecução das suas atividades. Este orçamento assegura, no que respeita às Forças de Segurança, a conclusão do processo de reposicionamento nas novas tabelas remuneratórias dos militares da GNR e elementos policiais da PSP, e as dotações previstas para as forças de segurança assegurarem a concretização das promoções funcionais necessárias à manutenção da hierarquia e funções próprias a cada posto ou categoria, de acordo com as qualificações técnicas e capacidades pessoais dos militares da GNR e elementos policiais da PSP.

O orçamento de Funcionamento (2.090,6 M€) corresponde a 95,6 % do orçamento global, sendo que as Receitas Gerais (1.738,9 M€) correspondem a 83,2 % do orçamento global, apresentando um incremento de 10,4 % relativamente a 2012, dados os motivos referidos anteriormente e a reposição de um subsídio.





MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Verificam-se ligeiros decréscimos de 2 % nas Receitas Próprias (313,3 M€) e de 2,2 % dos Fundos Comunitários (6,6 M€), quando comparados com 2012, traduzindo-se num acréscimo global do orçamento de Funcionamento de 8,1%.

No que se refere aos Investimentos, o decréscimo de 4,5 % verificado relativamente a 2012 (96,2 M€, em 2013 vs 100,8 M€, em 2012), é explicado, pela requalificação de infraestruturas e equipamentos da administração interna ter uma maior participação da Administração Local.

DOTAÇÃO INICIAL 2013 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DO MAI

Unid: M€

PROJETOS	RECEITAS GERAIS	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	TOTAL
SGMAI	0,3	0,4	0,7
Os Governos Cívicos de Portugal, História e Memória	0,3	0,4	0,7
DGAI	0,1	0,7	0,8
Assistência Técnica do PO Temático Valorização do Território	0,1	0,7	0,8
DGIE	86,9	4,7	91,6
Instalações para os Serviços do MAI	3,0		3,0
Instalações de Cobertura Territorial	18,7		18,7
Armamento e Equipamento Individual	3,0		3,0
STIC-Equipamento de Informática e de Comunicações das Forças de Segurança	4,2		4,2
SIVICC-Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa-Fase I,II,III-Financ.Adic.	1,9		1,9
SIVICC-Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa-Fase I,II,III	2,5	1,9	4,4
SIVICC-Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa-Fase IV-Financ.Adic.	2,5		2,5
Projeto a Candidatar ao QREN-SIVICC Fase IV	0,9	2,8	3,8
Veículos	3,5		3,5
Comunicações de Segurança e Emergência	46,7		46,7
ANPC	0,6	2,7	3,2
Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses	0,1	0,3	0,3
Reforço da Infraestrutura Tecnológica CNOS/CDOS	0,1	0,3	0,4
Capacidade de Intervenção Operacional	0,0	0,2	0,3
Constituição da Reserva Nacional de Emergência e Equipamento Operacional de Proteção Civil	0,1	0,4	0,5
Sensibilização e Informação Pública	0,0	0,0	0,0
Construção de instalações para Comandos Distritais de Operações de Proteção e Socorro (CDOS de Viseu/CNOS Alternativo) e URL em Almeirim	0,2	1,3	1,5
Projetos a Candidatar ao QREN	0,1	0,1	0,2
TOTAL	87,8	8,4	96,2



3. MEDIDAS OPERACIONAIS PARA 2013

a) *Gabinetes Governamentais e Serviços Centrais*

- Implementação de um modelo de gestão de serviços partilhados com a criação de economias de escala.

Unid: M€

Serviço / Entidade	Orçamento de Funcionamento - Orçamento Inicial		
	2012	2013	Variação %
GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO			
Gab. Ministro Administração Interna	1,2	1,1	-4,7
Gab. Sec. Est. Adjunto do MAI	0,8	0,8	2,6
Gab. Sec. Est. Administração Interna	0,7	0,7	0,3
TOTAL	2,6	2,6	-1,2
SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO			
Secretaria-Geral do MAI	10,7	9,9	-8,1
Secretaria-Geral do MAI - Mobilidade Especial	0,3	0,3	5,7
Inspeção-Geral Administração Interna	2,4	2,5	3,1
Direção-Geral Administração Interna	4,8	5,8	21,1
Direção-Geral Infraestruturas e Equipamento	20,5	20,0	-2,1
TOTAL	38,7	38,5	-0,6

O aumento do orçamento da DGAI reflete a incorporação da EMGFC

b) *Serviços de Investigação e Forças de Segurança*

- Reorganização interna das Forças e Serviços de Segurança, com vista à melhoria da eficiência operacional, reformando a GNR para que com os mesmos recursos seja operacionalmente muito mais eficiente e procedendo-se a uma reorganização profunda da PSP;
- Reposicionamento remuneratório parcial decorrente da entrada em vigor da nova tabela em Janeiro de 2010 e suspensão da sua aplicação que ocorreu em Outubro de 2010, e foi confirmada com o Orçamento de



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Estado para 2011, terminando com distorções graves de remunerações diferenciadas para as mesmas categorias profissionais, de forma a garantir a coesão e disciplina nas forças de segurança;

- Reforço da cooperação entre as forças e serviços de segurança, incentivando a partilha de informações;
- Consolidação dos esforços de construção, remodelação e conclusão de instalações e infraestruturas das forças de segurança, com o objectivo de melhorar as condições de trabalho proporcionando meios acrescidos de funcionamento, com eficácia e eficiência financeira; e
- Reorganização da estrutura do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com supressão de 12 cargos dirigentes, sem perder de vista a operacionalidade.

Unid: M€

Serviço / Entidade	Orçamento de Funcionamento - Orçamento Inicial		
	2012	2013	Variação %
SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E FORÇAS DE SEGURANÇA			
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	85,0	84,1	-1,0
Polícia de Segurança Pública	703,7	796,9	13,2
Guarda Nacional Republicana	853,6	937,9	9,9
TOTAL	1.642,3	1.819,0	10,8





c) *Serviços de Proteção Civil e Segurança Rodoviária*

- Dinamização da interoperabilidade nos domínios da emergência e segurança;
- Avaliação do dispositivo disponível para o desempenho dos corpos de bombeiros;
- Incentivo ao desenvolvimento de Cartas de Risco dos Municípios;
- Reorganização da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária com actualização da legislação e incremento da fiscalização no quadro contraordenacional de forma a reduzir significativamente a caducidade das contraordenações rodoviárias;
- Melhoria contínua dos indicadores de sinistralidade rodoviária;
- Avaliação dos sistemas existentes;
- Dinamização da cooperação com instituições da sociedade civil.



Unid: M€

Serviço / Entidade	Orçamento de Funcionamento - Orçamento Inicial		
	2012	2013	Variação %
SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA RODOVIÁRIA			
Autoridade Nacional de Proteção Civil	127,1	124,3	-2,2
Empresa de Meios Aéreos	58,3	44,2	-24,2
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	39,7	36,3	-8,5
TOTAL	225,0	204,8	-9,0



ANEXOS



Quadro 1 - Proposta de Orçamento do MAI para 2013 por Agrupamento de Despesas

Unid: euros

AGRUPAMENTO DAS DESPESAS	ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	TOTAL
DESPESAS COM O PESSOAL	1.621.944.961	1.593.112	1.623.538.073
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	266.476.922	49.244.897	315.721.819
JUROS E OUTROS ENCARGOS	144.811	0	144.811
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	85.354.479	0	85.354.479
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.211.498	2.194.468	58.405.966
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	35.517.320	39.275.334	74.792.654
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	298.803	3.913.973	4.212.776
ACTIVOS FINANCEIROS	8.655.000	0	8.655.000
PASSIVOS FINANCEIROS	16.002.500	0	16.002.500
TOTAL GERAL	2.090.606.294	96.221.784	2.186.828.078



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Quadro 2 - Proposta de Orçamento do MAI para 2013 por Entidades

ENTIDADES	DOTAÇÃO INICIAL 2012			DOTAÇÃO INICIAL 2013				Variação Receitas Gerais 2013/2012	
	RECEITAS GERAIS 1	TOTAL 2	RECEITAS GERAIS 3	RECEITAS PRÓPRIAS 4	TRANSFERÊNCIAS AP 5	FUNDOS COMUNITÁRIOS 6	TOTAL 7	3/1	7/2
GMAI	1.154.955	1.154.955	1.101.010				1.101.010	-4,67%	-4,67%
GSEAMA I	758.566	758.566	778.258				778.258	2,60%	2,60%
GSEAI	721.689	721.689	723.958				723.958	0,31%	0,31%
SGMAI	10.051.559	13.605.719	9.439.335	668.450		406.253	10.514.038	-6,09%	-22,72%
Funcionamento	9.777.798	10.736.103	9.178.499	668.450		15.000	9.861.949	-6,13%	-8,14%
Investimento	273.761	2.869.616	260.836			391.253	652.089	-4,72%	-77,28%
SGMAI-SME	291.524	291.524	308.124				308.124	5,69%	5,69%
IGAI	2.427.868	2.427.868	2.502.349	200			2.502.549	3,07%	3,08%
DGAI	4.132.028	4.765.758	4.969.467	402.791		1.179.973	6.552.231	20,27%	37,49%
Funcionamento	4.132.028	4.765.758	4.891.284	402.791		475.496	5.769.571	18,37%	21,06%
Investimento			78.183			704.477	782.660		
DGIE	111.821.523	118.392.972	106.931.738			4.692.850	111.624.588	-4,37%	-5,72%
Funcionamento	20.467.470	20.467.470	20.029.906				20.029.906	-2,14%	-2,14%
Investimento	91.354.053	97.925.502	86.901.832			4.692.850	91.594.682	-4,87%	-6,46%
ANPC	78.929.672	127.071.232	76.728.010	47.350.000	250.000	3.184.530	127.512.540	-2,79%	0,35%
Funcionamento	78.929.672	127.071.232	76.190.187	47.350.000	250.000	530.000	124.320.187	-3,47%	-2,16%
Investimento			537.823			2.654.530	3.192.353		
EMA		58.270.525	44.179.720	44.179.720			44.179.720	-24,18%	-24,18%
ANSR		39.690.899	35.011.178	35.011.178		1.300.687	36.311.865	-8,51%	-8,51%
SF	30.533.117	84.971.461	31.197.407	37.689.950	13.907.876	1.350.000	84.145.233	2,18%	-0,97%
PSP	625.482.254	703.713.850	708.457.267	76.053.320	10.643.382	1.788.626	796.942.595	13,27%	13,25%
SSPSP		6.813.046	7.160.786	7.160.786			7.160.786	5,10%	5,10%
CPPSP		948.693	883.539.294	949.603			949.603	0,10%	0,10%
GNR	801.177.870	853.617.221	883.539.294	46.273.360	6.946.411	1.158.199	937.917.264	10,28%	9,88%
SSGNR		17.122.107	17.603.716	17.603.716			17.603.716		2,81%
TOTAL GERAL	1.667.482.625	2.034.338.085	1.826.676.217	313.343.074	31.747.669	15.061.118	2.186.828.078	9,55%	7,50%
Funcionamento	1.575.854.811	1.933.542.967	1.738.897.543	313.343.074	31.747.669	6.618.008	2.090.606.294	10,35%	8,12%
Investimento	91.627.814	100.795.118	87.778.674			8.443.110	96.221.784	-4,20%	-4,54%

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2013



Quadro 3 - Proposta de Orçamento com o Pessoal das Forças de Segurança por fontes de financiamento

Unid: euros

FONTES DE FINANCIAMENTO	GNR	PSP	TOTAL
RECEITAS GERAIS	810.594.821	663.783.425	1.474.378.246
RECEITAS PRÓPRIAS	21.915.049	47.055.871	68.970.920
RESTANTES FONTES	53.950	497.877	551.827
TOTAL GERAL	832.563.620	711.337.173	1.543.900.793